



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O N.º 159

Feito : Processo N.º 743/91-TCEAAC
Interessado : Tribunal de Contas do Estado do Acre
Relator : Conselheiro José Augusto Araújo de Faria
Assunto : INSPEÇÃO DE ROTINA NA CÂMARA MUNICIPAL DE
 MANUEL URBANO-ACRE

INSPEÇÃO DE ROTINA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MANUEL URBANO-ACRE

Procedida a inspeção e constatadas irregularidades **decide** o Tribunal de Contas do Estado do Acre sobrestar o feito na Secretaria para juntada à Prestação de Contas do Município de Manuel Urbano - exercício de 1991.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo N.º 743, acima indicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator pela permanência do feito na Secretaria da Corte para juntada ao Processo de Prestação de Contas do Município de Manuel Urbano, exercício de 1991.-

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 27 de fevereiro de 1992.

Cons. JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA
Presidente

Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA
Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº 159

Reito : Processo Nº 743/91-TC/AC
Interessado : Tribunal de Contas do Estado do Acre
Relator : Conselheiro José Augusto Araújo de Faria
Assunto : INSPEÇÃO DE NOTIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
MANUEL URBANO-ACRE

INSPEÇÃO DE NOTIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PAL DE MANUEL URBANO-ACRE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 5.751
d. 30 / 03 / 92
Secretária do Pleno

Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIAS

Presidente

Relator

PROCURADOR-GERAL DO ACRE
FERNANDO DE OLIVEIRA GONDES



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 743/91

RELATÓRIO:

O Senhor Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**, Relator: " O processo em pauta é de inspeção realizada na Câmara Municipal de Manoel Urbano, autorizada pela sessão plenária desta Corte de Contas, datada de 12.09.91, referente ao período de janeiro a agosto do ano de 1991.

Pela Portaria nº 109 de 12 de setembro de 1991, foram designados os Técnicos deste TCE, Reinaldo Rocha de Oliveira e Francisco das Chagas Castor de Moura que, em relatório, apresentaram as irregularidades seguintes:

- I - irregularidade na execução contábil.
- II - irregularidades na execução orçamentária
- III- irregularidade na execução financeira;
- IV - irregularidade nos processos de pagamentos;
- V - não há registro e nem controle dos bens móveis;
- VI - não registro de bens imóveis (por não existir setor de patrimônio).

É o Relatório".

CONCLUSÃO E VOTO:

O Senhor Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**, Relator: " A Administração Pública, "in comentários à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964", tem na contabilidade um instrumento de informação para o exercício do controle e análise dos fatos de natureza financeira e gerencial. A inexistência do registro de atos e fatos administrativos contrariando o que determina a lei é o mesmo que negar execução a lei, se constituindo em crime de responsabilidade sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independente do pronunciamento do Plenário da Câmara dos Vereadores.

Na verdade, Senhores Conselheiros, acredito que o período de recomendações já se esvaiu, como também



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

acredito que as irregularidades continuam existindo por fazer parte da indústria administrativa que campeia neste país, fruto da tão decantada impunidade.

Urge medidas drásticas, coercitivas a serem tomadas por esta Corte de Contas para que a administração pública venha a desfrutar de crédito junto ao povo e este TCE cumpra o papel que lhe é outorgado pela Constituição.

Não acredito que as irregularidades e falhas existentes no presente processo analisado, sejam perfeitamente sanáveis como dispõe em seu parecer o Ministério Público Especial. Reformar documentos para sanar irregularidades, constitui fraude. O Tribunal é um órgão técnico. A ele cabe julgar o que existe e não o que se presume que deveria existir.

No momento, as recomendações nos parecem um verdadeiro incentivo à malversação do dinheiro público, fato que, se efetivado, estaria diametralmente oposto aos propósitos desta Egrégia Corte de Contas.

Diante do exposto, VOTO:

Para que o Processo de Inspeção de Rotina efetuado na Câmara Municipal de Manoel Urbano seja mantido em Secretaria, para posterior juntada à prestação de contas do Município referente ao exercício de 1991.

É como voto."

DECISÃO:

Conforme consta na Papeleta de Julgamento de fl. 20 a decisão é a seguinte:

"Decidiu-se nos termos do voto do Conselheiro Relator que seja mantido o feito na Secretaria deste Tribunal para juntada ao processo de prestação de contas do município de Manoel Urbano, exercício de 1991. Unânime."

Presidiu a sessão o Conselheiro Presidente José Eugenio de Leão Braga. Participaram do julgamento, além do ilustre Relator, os Conselheiros Alcides Dutra de Lima, Isnard Bastos Barbosa Leite e Valmir Gomes Ribeiro. Au-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

sententes, justificadamente os Conselheiros Marciliano Reis Fleming, Vice-Presidente e Hélio Saraiva de Freitas. Presente, o Procurador-Geral do Ministério Público Especial, Fernando de Oliveira Conde.

Hélio Saraiva de Freitas
Hélio Saraiva de Freitas
Secretário do Plenário